

A GUERRA DE QUINTA GERAÇÃO E A POLÍCIA MILITAR

THE FIFTH GENERATION WAR AND THE MILITARY POLICE

DOS SANTOS, Salomão José Miguel Ferreira ¹

PANATIERI, Cristiane Bianco ²

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de explicar um dos fenômenos contemporâneos que mais tem contribuído no processo de degeneração e enfraquecimento da nação (população), em determinado território, a chamada "guerra de quinta geração". Tema interessantíssimo, embora objeto de pouco debate na seara acadêmica, a guerra de quinta geração é uma guerra dissimulada, fruto da engenharia social de um "projeto maquiavélico", onde entra em cena não como uma guerra tradicional (*exempli gratia* a 2ª guerra mundial, em que o *front* era o campo de batalha entre os seus desafetos) e sim de forma subversiva e de origem alienígena, visando minar o cenário político nos campos econômico, ambiental, tecnológico, psicossocial e militar, afetando a soberania do país e, em larga escala, a área da segurança pública interna, com o aumento pujante de crimes (contra o patrimônio, os costumes, contra a administração pública, etc.). A desmoralização da família, célula da sociedade e "alvo de todas as flechas", é a mecânica elementar da guerra de quinta geração, sendo a mídia uma peça em constante uso por sua fácil penetração nos lares dos cidadãos (não importa a sua classe social). Como vimos, a mídia é um importante instrumento da esfera de agentes que atua na guerra de quinta geração, eis que abarca áreas vitais do Estado (e.g: economia, cultura, psicossocial, entretenimento, etc.), todavia, tem pouco interesse em realizar a consecução do bem comum. A polícia militar, órgão de segurança pública, tem lugar especial na abordagem do tema.

Palavras-chave: Guerra. Quinta Geração. Polícia Militar. Mídia.

ABSTRACT

The present work has the objective of explaining one of the contemporary phenomena that has contributed in the process of degeneration and weakening of the nation (population), in the territory, called "fifth generation war". A very interesting subject, although the subject of little debate in academic circles, the fifth generation war is a disguised war, the result of the social engineering of a "Machiavellian project", where it comes on the scene not as a traditional war (exemplifies World War

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, salomaojm9@hotmail.com; Goiânia – GO, 2018.

² Professora orientadora: Especialista, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, panatieri@hotmail.com, Guapó – GO, 2018.

II, in which the front was the battlefield among its disaffected), but in a subversive and alienated way, aiming to undermine the political scene in the economic, environmental, technological, psychosocial and military fields, affecting the sovereignty of the country and, broadly speaking, scale, the area of internal public security, with a burgeoning number of crimes (against the patrimony, customs, against the public administration, etc.). The demoralization of the family, the cell of society and the "target of all arrows", is the elementary mechanics of fifth-generation warfare, with media being a constant use of its easy penetration into citizens' homes (no matter their social class). As we have seen, the media is an important tool in the sphere of agents operating in the Fifth Generation War, since it encompasses vital areas of the state (eg: economy, culture, psychosocial, entertainment, etc.); however, it has little interest in performing the achievement of the common good. The military police, a public security agency, has a special place in approaching the issue.

Keywords: War. Fifth Generation. Military Police. Media.

1 INTRODUÇÃO

Na era da informação, um novo método de conflito é a resposta às incertezas do mundo em uma época onde a ocultação de alvos e fatos é tarefa intrincada e praticamente impossível. Ele faz uso de diferentes linguagens fundamentadas na pós-verdade e seu intuito é o desenvolvimento de factoides que ocasionem distorções de valores importantes perante a sociedade de baixa discência, inculta e vulnerável a informações distorcidas.

Todo este joeirado de elementos é caracterizado, fundamentalmente, em métodos onde o uso de armamentos ou mesmo a definição de um campo físico de batalha não se fazem mais necessários, na chamada era da modernidade.

Entretanto,abarca o mesmo objetivo de guerras passadas: o de subjugar o inimigo e obter dele as suas conquistas (territoriais, econômicas, culturais, ou quaisquer outras), com a utilização máxima de elementos estratégicos tais como a destreza e inteligência,fazendo uso do mínimo de desgaste dos chamados grupamentos de armas para que seja simulado o menor nível possível de efeitos colaterais.

Embora sua legenda ganhe contextos atuais, a sua origem está na Antiguidade. A mais remota obra militar conhecida, "Regras da Arte Militar" (500 anos antes de Cristo), de autoria de *Sun Tsé*, já preconizava a subversão no território inimigo (CAMARGO, 1979, p. 94).

Outro chinês, citado no livro do professor e Tenente Coronel Enjolras José de Castro Camargo (1979), que trata acerca de *Mao Tse-Tung*, escreveu:

Desorganizai tudo o que é bom no País de vosso inimigo, tentai envolver os representantes das mais altas camadas dirigentes em empresas criminosas, comprometei suas posições e, depois disso, dai publicidade à sua prevaricação. Entrai, igualmente, em contato com os mais baixos e duvidosos indivíduos. Atrapalhai, por todos os meios, a ação do governo e propagai a dissensão e a discórdia entre os cidadãos. Lançai os moços contra os velhos. Introduzi cantigas de músicas sensuais, descartai as velhas tradições. Enviai mulheres fáceis para completar o trabalho da decadência. É preciso que semineis espiões por toda a parte (CAMARGO, 1979, p. 95).

A escolha desta temática adveio da necessidade de entender a importância desses atos que contam com um altíssimo poder de destruição social, mas que possuem uma baixa percepção por grande parte da população (em sua maioria inculta e juridicamente desvalida), e seu objetivo é o melhoramento — ou ao menos o apontamento — do trabalho realizado pelos setores de mídia sobre a imagem da Segurança Pública, pretendendo dessa forma neutralizar as ações de mecanismos vestidos como canais de mídia e incentivando a volta da verdadeira função dos setores gerais de comunicação, que é o de realizar investigações populares sobre os fatos (KAPUŚCIŃSKI, 2000, p. 22).

Não há intenções de ignorar aqui os recursos admitidos como tradicionais, pois são elementos indispensáveis, contudo, podem ser integrados à alternativa referenciada, haja vista que sozinhas irão agir como combustível para que a situação permaneça inerte e se torne cada vez mais obsoleta, mantendo o *status quo* da situação.

Assim, a dinâmica atual em torno da mídia é considerada um recurso pouco didático e não viável para quem atua ou para quem assiste a esse problema de violência estadual e nacional, não permitindo uma maior interação entre pessoas e agentes (HAEDRICH, 2000, p. 33).

O principal objetivo dessa análise é certificar o papel da Polícia Militar do Estado de Goiás, importante órgão de segurança pública para manutenção e preservação da paz social, como um instrumento imprescindível para a ordem democrática e também para o reconhecimento e garantia dos direitos e deveres do cidadão, previstos na Carta Magna de 1988.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Não é possível dar tons triviais sobre a atuação da mídia nos dias atuais. Estudos acerca da exibição de eventos violentos apontam que a maior parte da cobertura policial se caracteriza por reportagens superficiais, pouco informativas e factuais.

Grande parte das matérias veiculadas, que se enquadram nos setores do cotidiano e das ações policiais, são percorridas por profissionais especializados e em segmentos específicos. Já a outra parte da mídia se dedica a realizar coberturas sensacionalistas, criando espetáculos extravagantes, caracterizado pela exposição banal da violência.

A mídia em geral tem evoluído na cobertura de casos policiais, especialmente com mudanças editoriais em alguns jornais, que são conhecidos por utilizarem bastante a figura do sangue e do criminoso como um "troféu". Contudo, ainda persiste uma forma distorcida de coberturas midiáticas, onde o acusado é exposto e julgado por antecipação.

Já a vítima é apresentada como uma epístola de horror, com o conteúdo dos direitos humanos sendo muitas vezes ignorado. O panorama dos atos policiais ocupa um espaço significativo sobre todos os pontos midiáticos, sobretudo no que concerne às ocorrências de violência urbana.

Tais notícias dão ênfase ao aumento da criminalidade e costumam destacar a incompetência do Estado por não conseguir disponibilizar uma proteção de qualidade. É notória também que existe uma melhor cobertura da mídia sobre a violação dos direitos (em virtude da melhor qualificação dos profissionais da área jornalística), além do avanço das esferas midiáticas. A temática dos direitos humanos e outros temas de relevância social, tais como família, desigualdade e drogas, se encontram mais presentes na formação dos policiais.

Essas representações feitas pela mídia criam tensões perante o escopo social no tocante à atuação da polícia. Por todo o Brasil, policiais se queixam sobre suas condições financeiras, de trabalho, de saúde e de vida, e também reclamam da desorganização dos papéis feitos pela mídia ao tratar sobre os vários setores corporativos das polícias. Garantem que boa parte do aspecto negativo que possuem é por conta de distorções noticiadas.

Sobre a compreensão dos cidadãos acerca da polícia, as Secretarias de Segurança Pública, de diversas unidades federativas, concluíram que a maior parte da população aprova as ações policiais, mas também consideram que tais ações são muito pouco eficientes. Ademais, classificam as instituições de segurança pública como corruptas e desnecessariamente violentas. A pesquisa também apontou que as abordagens são feitas sem bases reais de suspeitas, dando a entender que há uma seletividade na escolha dos ditos suspeitos.

Essa relativização é guiada por preceitos subjetivos e patentes, sinalizando uma abordagem segregacionista, mais truculenta e coercitiva, remetida especialmente contra os pobres que moram em periferias. Tais problemas têm gerado opiniões perplexamente distintas na sociedade, que suplica por mais segurança e, paradoxalmente, desvaloriza a corporação.

Tal indeterminação não é exclusiva das ações policiais e nem da mídia, mas sim um retrato dos valores presentes em grande parte da sociedade brasileira, altamente intolerante, preconceituosa e a favor das violações (SILVA, 2018, p. 18).

Não é a primeira vez que isso ocorre. Os instrumentos de mídia recebem acusações desde o fim da década de 50, especialmente a televisão. Ela é apontada como um instrumento controlador, que sempre almeja manipular os incautos em benefício do sistema vigente, sobretudo pela via eleitoral.

A mentalidade era baseada no domínio das eleições, e que isso aconteceria em virtude do simples controle da teledifusão. De fato, isso se concretizou pois, em sentido metafórico, uma imagem exibida pelos canais de televisão, em comparação com uma dinamite, pode ser dez vezes mais impactante, pois a mídia televisiva transforma vilões em vítimas, acarretando assim um compadecimento instantâneo por eles, mexendo e distorcendo os valores.

Inexplicavelmente (a não ser pela neurolinguística), a televisão converte a intercessão em pusilanimidade, a disciplina em agressividade, o ínsito em inocência. A mídia, sobretudo a teledifundida, sabe como operar de maneira solitária e natural. Estudos acadêmicos vêm demonstrando o pensamento negativo que a sociedade possui sobre a polícia, em conformidade com as notícias divulgadas pela mídia. E diversos policiais reconhecem que o julgamento feito pela população a respeito do seu trabalho é preconceituoso e negativo. Citaram a falta de reconhecimento, a incompreensão e depreciação sobre suas missões.

Para esses profissionais, a mídia é considerada responsável pela rejeição sofrida pela categoria em virtude do sensacionalismo nas vendas de matérias a fim de aumentar a audiência (RAMONET, 1999, p. 34).

Alguns professores e assistentes sociais, em entrevistas com moradores e policiais de diversas regiões do Brasil ao site do G1, mostram como esse pensamento a respeito da polícia é demarcado pelo medo. É colocado que, a sociedade, que deveria confiar nos policiais, os identifica como sujeitos indômitos, chegando a agredir pessoas desnecessariamente e a desrespeitar as leis, não transmitindo segurança por consequência.

A pesquisa também aponta que a polícia militar é a que mais provoca medo, seja nas comunidades carentes ou nos bairros suburbanos. Entretanto, ela frisa que os próprios agentes também se sentem indefesos diante da violência. Depoimentos de alguns policiais revelam como eles são atingidos pela onda de violência e como a mídia contribui para disseminar o medo.

Essa conjunção de altíssima tensão profissional se reflete nos problemas de saúde em razão do estresse. Essa angústia se expõe nos mais elevados níveis de desordem física e emocional, acarretando agitações, problemas de insônia e tristeza por conta de um sentimento de inutilidade.

As consequências dos sofrimentos emocionais causados pela profissão retornam para a sociedade por meio de conflitos que envolvem policiais, prejudicando ainda mais a situação de violência. Esses aspectos raramente são cuidados pela mídia, eis que não gera audiência e, portanto, não agrada os seus patrocinadores econômicos.

Por conta da frequência e da distinção com que a polícia aparece na mídia, é apropriado investigar como os agentes são relatados e como esses relatos podem influenciar na formação da opinião pública a respeito das corporações, e como são influenciadas por ela. A minúcia sobre o discernimento dessa relação entre polícia e mídia e a reverberação que causam na sociedade pode ajudar a melhorar sua imagem diante da população.

O conhecimento acerca das informações produzidas (e veiculadas) pela mídia e como isso atende a diferentes interesses e camadas sociais também serve para colaborar no entendimento e atuação dos seus agentes responsáveis pela construção das matérias.

Outra característica relevante da pesquisa se refere às diferentes concepções das instituições policiais representadas pela mídia que podem servir como incentivo para estudos específicos sobre as questões acerca da segurança pública.

A atuação da esfera midiática tende a intensificar as propulsões e instituições localizadas nas proximidades do eixo mais inclinado ao efeito do mercado e do quórum.

Esses efeitos estão, seja em caráter exercido ou sofrido, mais estruturalmente e inteiramente sujeitos a essa lógica, dado que o campo midiático que o exerce também esteja mais submetido, circunstancialmente, às contenções externas que o englobam, primordialmente, mais que qualquer outro acessório de produção cultural. Atualmente se observa, por exemplo, que as restrições internas estão propensas a perder sua força representativa, pois os jornalistas classificados como "sérios" estão perdendo sua popularidade e sendo obrigados a conceder permissões à lógica do mercado e da publicidade introduzida através da teledifusão comercial.

A nova regra de autenticidade não passa de uma aclamação por quantidade nos serviços e pela exteriorização de notícias nos meios de mídia, capazes de proporcionar o substituto supostamente democrático das restrições específicas e introduzidas pelos setores especializados a determinados produtos e produtores, sejam culturais ou até mesmo políticos.

Algumas "análises" realizadas pela televisão obtiveram sucesso graças aos jornalistas — principalmente os mais atenciosos ao impacto causado pelos índices de audiência — devido ao fato de que promovem uma licitude democrática na lógica comercial, concordando em inserir em termos escrutínios, ou seja, via sufrágio, um impasse cultural de produção e propalação.

A influência no âmbito midiático tende, direta ou indiretamente, estar submetida à dominação da lógica comercial por si mesma, pois o próprio campo possui tendências em ameaçar a equanimidade de diversas outras áreas de produção cultural, intensificando a filosofia de mercado no núcleo de cada uma delas.

Os "repórteres intelectuais" utilizam de suas relações ambíguas para demover os preceitos específicos de tais áreas, introduzindo normas discutíveis em cada uma delas. Isso feito, surge a condição deles exercerem alguns efeitos precípuos: a indução para adotar novos métodos de produção cultural, erigidos de maneira inconsistente entre o misticismo universitário e a hermética midiática.

A imposição de regras feitas especialmente através de concepções críticas para que os produtos culturais sejam avaliados, conferindo a autorização de um semblante de autoridade intelectual às injunções do mercado, reiterando a inclinação congênita de determinadas classes de consumidores à falsa certeza decorrente da insipiência. Isso tende a impulsionar os resultados dos índices de audiência sobre a introdução e produção de novos produtos culturais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato incontestável que os meios de comunicação (rádio, TV, redes sociais, etc.) influenciam o cidadão em suas tomadas de decisão ao mostrar uma realidade distorcida dos fatos reais. Fazendo isso, a mídia cria uma outra perspectiva, moldando a pessoa ao seu interesse para acreditar naquilo que achar conveniente (o que não é difícil, eis que a população é em grande parte inculta e desprovida de reflexão crítica acerca dos fatos).

O policial também vítima da mídia, é agora considerado uma *persona non grata*, principalmente pela população carente, maior usuária dos serviços de segurança pública mas que, paradoxalmente, vê este profissional como um "bandido de farda" e não como um profissional treinado e altamente capacitado para o combate ao crime.

O ex-ministro e jurista argentino, Eugenio Raúl Zaffaroni (2013), diz o seguinte:

O certo é que as pessoas que todos os dias caminham pelas ruas e tomam o ônibus e o metrô junto a nós têm a visão da questão criminal que é construída nos meios de comunicação, ou seja, se nutrem — ou padecem — de uma criminologia midiática (...). Essa característica não muda; o que varia muito é a tecnologia comunicacional (desde o púlpito e a praça até a TV e a comunicação eletrônica) e os bodes expiatórios. O poder da criminologia midiática foi detectado pelos sociólogos desde fins do século XIX. Motivado pelo poder dos jornais no caso Dreyfus, Gabriel Tarde afirmava que no presente (no ano de 1900) a arte de governar se converteu em grande medida na habilidade de servir-se dos jornais. Denunciou claramente a força extorsiva dos meios de comunicação de massa (no seu tempo, os jornais), a grande dificuldade para neutralizar os efeitos de uma difamação jornalística e a exploração da credulidade pública. Consequentemente, não falamos nada de novo, embora, como é natural, a criminologia midiática atual tenha características próprias. O discurso da criminologia midiática atual não é outro senão o chamado 'neopunitivismo' dos Estados Unidos, que se expande pelo mundo globalizado. (...) O gancho da comunicação por imagens está no fato de ela impactar a esfera emocional. Por isso não se pode estranhar que os serviços de

notícias pareçam antes Vsíntese de catástrofes, que impressionam, mas não dão lugar à reflexão (ZAFFARONI, 2013, pp 4-6).

A mídia estende seus "tentáculos" em áreas consideradas vitais do Estado (*exempli gratia* a economia, agricultura, cultura e entretenimento, etc.). Todavia, mostra pouquíssimo interesse na consecução do bem comum. Seu escopo reside em manter no poder determinada classe social com as suas devidas vantagens, que lhe são inerentes, intactas (uma espécie de confraria), fazendo *tabula rasa* em dispositivos constitucionais que asseguram ao cidadão uma sociedade livre, justa e igualitária.

Desconfiança. Ceticismo. Suspeitas. Esses são as convicções primárias da sociedade acerca da mídia — ao mesmo tempo que nutrem o mesmo sentimento sobre aquilo que a mídia condena. De maneira confusa ou não, todos conseguem perceber que existem disfunções no desempenho geral do sistema informativo, pois não é raro que farsas e mistificações de conglomerados de mídia sejam feitas e refeitas em favor de interesses escusos. Isso confirma a forte sensação de mal-estar já ocasionado em casos como as acusações artificiais sobre excessos cometidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo em expugnações na Universidade de São Paulo (USP). Isso se propagou de outubro de 2011 até os últimos episódios mais recentes de invasões do campus por manifestantes.

É impossível negar que, numa democracia legítima, a comunicação de massa é fundamental para o bom funcionamento da sociedade, pois as informações permanecerão sendo essenciais para que exista tamanha simetria, e as possibilidades de êxito com isso sem uma rede adequada de comunicação e sem o máximo de informações livres são nulas. Todos estamos cientes que a liberdade desfrutada pelo ser humano é consequência da informação. E, apesar disso, a dúvida paira sobre a mídia.

Na África Setentrional, todos os autocratas que pensavam poder enfrentar as urnas sem temor, sob pretexto de que controlavam a mídia há bastante tempo, especialmente a televisão, se depararam com um fracasso mordaz. Pela Europa, os soviéticos na Rússia e os salazaristas em Portugal perderam as primeiras eleições livres que ocorreram após a queda de seus regimes, mesmo tendo regulado a mídia durante décadas em caráter absoluto. Isso mostra claramente que exercer domínio sobre a mídia, incluindo a televisiva, não produz o controle automático das emoções. Disseminar ideias e influenciar pessoas são atitudes extremamente normais, todavia,

elas nada têm de simples, pelo contrário. O fato é que não há fórmula exata para lidar com os costumes sociais.

Essa primeira época de desconfiança foi essencialmente política e já se findou em diversos países, especialmente os europeus. Após tantos anos de estabilidade política e social, e com a instauração de órgãos para regulamentar a radioteledifusão — tais como a Aliança Europeia das Agências de Notícias e a União Europeia de Radiodifusão —, o controle direto exercido pelos governos sobre a informação televisionada teve fim.

Aqui, entretanto, esse período de descrença permanece e possui traços mais complexos. A angústia dos cidadãos brasileiros está baseada na crença de que o sistema informativo não é fidedigno por si mesmo; que possui diversas falhas operacionais; que ele apresenta provas de seu despreparo e incompetência frequentemente e que pode — algumas vezes sem ter ciência — apresentar mentiras grotescas como verdades axiomáticas.

O saudoso jornalista polonês Ryszard Kapuściński(2013), profissional amplamente respeitado no meio, dizia o seguinte:

Antigamente era dito que a veracidade de uma notícia representava seu maior valor. Atualmente, os editores-chefes ou os redatores não dão importância se uma informação é verdadeira, mas sim se ela é interessante. Se for constatado que o informe não é capaz de chamar atenção, ele é simplesmente descartado e não é publicado. De um ponto de vista ético, é uma mudança terrível (KAPUŚCIŃSKI, 2013, p. 12).

Paradoxalmente, as atribuições sobre ética e responsabilidade são uma das maiores preocupações dos profissionais da área, pois a popularização do universo informativo fraciona suas atividades. O surgimento constante de novas tecnologias revolucionou abruptamente as esferas da informação em períodos de tempo extremamente curtos, favorecendo o eclipse das especificidades da veiculação de notícias. A quantidade de pessoas e de grupos que comunicam é maior que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, e isso ocorre de modo simultâneo.

George Orwell nos mostra como a divulgação midiática virou algo totalitário e opressivo. Um exemplo marcante do que vivemos hoje são os monitoramentos publicitários de determinados indivíduos sem nenhum mandato. Atualmente, a sociedade vive sob a vigilância de câmeras de segurança em ruas, lojas e sob as câmeras de celulares e computadores (algo como as "teletelas"), tal como os

televisores que transmitiam as imagens de propagandas do regime, mas também captavam imagens da audiência. Indo mais além nessa questão, atualmente se discute de modo amplo acerca da privacidade e vigilância de dados na Internet. Até que ponto as redes sociais e sites de pesquisa estão capturando nossos dados de navegação e nossos hábitos na rede para influenciarem nosso comportamento e enviarem conteúdos, valendo-se de uma publicidade moderna?

Orwell faz sua narrativa fictícia com foco em Winston Smith, indivíduo crítico e pensante e um membro do Partido Externo, prestador de serviços ao Ministério da Verdade (local onde informações são modificadas ao bel-prazer dos interesses do governo). Em razão de suas ponderações e da insatisfação (e até mesmo o incômodo) com sua própria existência, é designado no personagem o destino de quem se volta contra esse controle sistemático.

O propósito de Orwell é explicar em que tipo de sociedade Winston Smith se encontra, exibindo também o desenvolvimento da rebeldia do personagem. O relato da história, por mais chocante que seja, não é diferente do atual pessimismo que a mídia transmite para os seus telespectadores. Isso é o que reforça o sentimento predominante daquele tempo — uma época em que a humanidade perdia a esperança adquirida no Iluminismo e constatava a impressionante crueldade praticada pelo ser humano. Os horrores vivenciados por Orwell nessa época lhe causaram marcas profundas e permanentes (tal como com o resto do mundo). Tal como Orwell se empenhou em fazer, expor as restrições latentes impostas pela mídia sobre todo o corpo social através de produtos culturais não é apontar responsáveis e culpados, mas sim uma tentativa de oferecer a todos uma possibilidade de se livrar dessas correntes propagandistas feitas através da tomada de consciência por meio dos diversos mecanismos supracitados, propondo, certamente, um modo de atitudes mais harmônicas entre mídia e público. Somente tal acordo poderia assegurar um trabalho eficaz na difusão das contribuições mais absolutas de pesquisa, universalizando a eficiência do acesso às informações práticas e verdadeiras resultados dos índices de audiência sobre a introdução e produção de novos produtos culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos meios de comunicação para formar opiniões coletivas toma proporções cada vez mais gigantescas. Todavia, essa realidade não é tão atual como aparenta. Essa conduta societária se mostrou muito relevante com o advento da imprensa moderna ainda no Século XVII. Avançando por esse fato, os efeitos produzidos por exposições midiáticas de certos casos, feitas de modo sensacionalista, são sentimentos que aparentam sofrer uma depreciação generalizada. Isso faz com que as próprias regras sejam reforçadas e criem uma justificativa simbólica, a fim de validar o sistema penal vigente.

De fato, o direito ao livre-pensar, expresso através de diversas atividades artísticas, intelectuais, científicas ou em formato de comunicação, garantido como parte dos direitos constitucionais, não é imperioso, pois é algo que deve existir em conformidade com os direitos à vida particular e aos seus devidos processos legais, entre outros. Inclusive é perfeitamente aceitável declarar que, dentre todas as prerrogativas, a de expressão é a que mais precisa de delimitações, dado que, por uma análise dinâmica, é nítido que possui maior órbita de abstração.

Nessa conjuntura, é possível notar que, com os meios de comunicação ainda mais massificados nos últimos tempos, as pessoas estão buscando por uma infinidade de informações variadas acerca de tudo e de todos, considerando também o fenômeno da ingerência, em que uma nação hegemônica impõe sua doutrina ideológica nos países periféricos, gerando consequência. Ademais, as notícias referentes a cidadania sempre despertam atenção, sobretudo no que concerne aos crimes amplamente repercutidos. Aliás, é possível verificar que a mídia — tal como o atual sistema penal —, é amplamente seletiva, dado que diversas notícias têm como propósito influenciar a opinião geral. Pessoas apontadas como responsáveis de determinados delitos, após terem respondido aos devidos processos legais são, habitualmente, absolvidas. Entretanto, o mal-estar produzido por tais notícias já lesaram o indivíduo acusado injustamente, e informar sua inocência não fornece a audiência satisfatória.

A mídia não mede esforços para mitigar às curiosidades do público, buscando divulgar o máximo de notícias possíveis e nos formatos mais variados, ignorando o momento delicado enfrentado por todos aqueles envolvidos no crime, inclusive os familiares de todas as vítimas. Esses últimos, por sinal, frequentemente são os mais

importunados por conta da perseguição feita por uma miríade de repórteres, geralmente impertinentes. Esses são os efeitos perniciosos da exposição midiática: mesmo após o tolhimento da liberdade, a mídia permanece em seu encaixo.

Por muitas vezes, o sensacionalismo que determina a performance de certos dispositivos midiáticos prejudica não só o incriminado, mas também o corpo social como um todo. Instrumentos noticiosos que não almejam a simples informação, mas sim a atribuição de um caráter teatral ao acontecimento, não só insultam a dignidade do réu como também colaboram para dificultar a ressocialização do mesmo.

Essa coerção tem início na investida contra os telespectadores, gerando sensações como as de insegurança e de impunidade, fazendo com que o público sinta vontade de se vingar e que acabe exigindo maior rigor nas punições aplicadas pelo Estado por consequência. Assim, o Estado passa a se movimentar em virtude das cobranças populares, tencionando, através das leis, o endurecimento de suas sanções a fim de efetuar um número ainda maior de ações, amenizando assim o clamor da sociedade. Posteriormente, esse clamor, ampliado pela mídia, alcança o Poder Judiciário. Consequentemente, a Justiça acaba encurralada e passa a decretar prisões controversas, indeferindo pedidos de provas e evidências, transgredindo todas as formas de direitos processuais do indiciado. A essa altura, o acusado já foi sentenciado sem mesmo antes ter sido submetido aos processos legais correspondentes.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Enjolras José de Castro. **Estudo de Problemas Brasileiros**. Biblioteca do Exército Editora. 1979.

HAEDRICH, Bruce. **The Fifth Generation War**. Livre tradução por Piterson Hageland. iUniverse, 2012.

KAPUŚCIŃSKI, Ryszard. **Imperium**. Livre tradução por Piterson Hageland. Knopf Doubleday Publishing Group, 2013.

ORWELL, George. **1949**. Traduzido por Heloisa Jahn e Alexandre Hubner. Companhia das Letras, 2009.

PORTAL G1. **Mais de 70% da população brasileira não confia na polícia, diz pesquisa.** <<http://glo.bo/HxxiBD>>. Acesso em 12 fev. 2018.

RAMONET, Ignacio. **A Tirania da Comunicação.** Vozes, 1999.

SILVA, Iordan Trindade. **Direito Disciplinar Militar:** Do Dever de Obediência ao Abuso de Poder. Âmbito Jurídico. de <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19589&revista_caderno=4> Acesso em 12 fev. 2018.

ZAFFARONI, Eugenio: **A Questão Criminal.** Revan, 2013.